



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO BENEDITO FILHO DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**

PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 90047/2024

TICKET GESTÃO EM MANUTENÇÃO EZC S.A (Ticket Log Manutenção), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 08.273.364/0001-57, situada na Rua Machado de Assis, n. 50, Prédio 3, Santa Lúcia, em Campo Bom – RS, telefone (51) 4002-4099, ramal 1063, e-mail: licitacoes@edenred.com, vem, respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Senhoria, **IMPUGNAR** o edital da licitação supracitado, mediante os fatos e fundamentos a seguir expostos.

I – SÍNTESE DOS FATOS

Está marcada para o dia 23 de setembro de 2024, a realização do certame acima mencionado que tem por objeto escolha da proposta mais vantajosa para *“Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços contínuos de administração, gerenciamento e controle da manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios de reposição genuínas, originais ou similares de 1ª linha, com prazo de garantia de fábrica, implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, com acesso disponibilizado via internet, contemplando a rede de estabelecimentos credenciados e recursos tecnológicos para atender a frota, composta por 60 (sessenta) veículos automotores, bem como aqueles veículos que forem eventualmente acrescidos à frota, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, anexo a este Edital.”*





Ocorre que, o instrumento convocatório desta licitação contém especificações que são inaplicáveis ao objeto ora licitado, considerando suas particularidades, e tais exigências limitam a participação de um maior número de empresas, prejudicando, assim, o propósito maior da Licitação que é a **busca pela proposta mais vantajosa para a Administração**, por meio da ampla disputa, conforme discorreremos a seguir.

II - RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Especificamente, a presente impugnação abordará três pontos do Edital, quais sejam: **a)** exigência de que as Notas Fiscais sejam emitidas em nome da CONTRATADA;

II.1. Da Exigência de Emissão das Notas Fiscais em Nome da Contratada

II.3.a. Das Previsões Editalícias

Verifica-se ainda que o instrumento convocatório exige que as notas fiscais de serviços realizados sejam emitidas em nome da Contratada e não da Contratante. Senão vejamos:

8.2.10 Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da Contratada deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre o TRE-GO e tais prestadores de serviço, inclusive as faturas da rede credenciada deverão ser emitidas pelas oficinas em nome da Contratada e não do TRE-GO;





Todavia, tal exigência está em completo desacordo com as normas legais vigentes, por conseguinte, fere o princípio da legalidade, conforme a seguir disposto.

II.3.b. Do Objeto Licitado

A respeito, insta salientar, que o gerenciamento de frota é conhecido como a quarteirização do serviço.

O produto a ser contratado no Pregão Eletrônico supramencionado, por conseguinte, está restrito ao sistema de gerenciamento de frotas e/ou equipamentos do Contratante, ou seja, o Contratante adquire através da licitação um sistema web que possui ferramentas de controle e acompanhamento de despesas realizadas em estabelecimentos comerciais adeptos ao sistema da Gerenciadora, sendo responsabilidade da empresa Gerenciadora oferecer o sistema com todos os requisitos tecnológicos mínimos necessários, uma quantidade de estabelecimentos em número suficiente para suprir as demandas de consumo e o compromisso em repassar para esses estabelecimentos todos os valores que são gastos pelo Contratante.

Desse modo, a oficina ou estabelecimento credenciado emite a nota e anexa no sistema para um controle do órgão. Assim, as notas não podem ser emitidas em nome da Contratada, pois os veículos e serviços não são dessa, ou seja, não é a Contratada o consumidor final, apenas é a parte que intermedia a relação entre Administração consumidora e o estabelecimento credenciado, vulgo fornecedor.

Consequentemente, a Gerenciadora não COMPRA nenhum serviço e/ou produto para depois VENDER para o Cliente, mas sim é o Contratante que COMPRA o serviço e/ou produto e a Gerenciadora PAGA ao estabelecimento em regime de CRÉDITO FINANCEIRO, mediante promessa de REEMBOLSO





pelo do Contratante. Assim, não há no objeto de gerenciamento a REVENDA de produtos e serviços, mas somente a INTERMEDIACÃO das relações comerciais.

Além disso, salienta-se que é comum que os estabelecimentos credenciados por vezes prestem serviços para mais de um órgão que possui contrato com a gerenciadora, de modo que se todas as notas fossem emitidas em nome da gerenciadora seria impossível individualizar os serviços para os órgãos.

II.1.c. Das previsões Legais acerca do Preenchimento das Notas Fiscais

Conforme já elucidado, a empresa gerenciadora, por ser a parte que intermedia a relação entre Administração consumidora e o estabelecimento credenciado, vulgo fornecedor, é enquadrada no serviço de "INTERMEDIACÃO", listado no item 10 da lista anexa da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003¹. Por conseguinte, não é crível que seja considerada a tomadora do serviço prestado pelas oficinas.

Ademais, dispõe o artigo 1º da Lei nº 12.741 de 08/12/2012:

“Art. 1º. Emitidos por ocasião da venda ao consumidor de mercadorias e serviços, em todo território nacional, deverá constar, dos documentos fiscais ou equivalentes, a informação do valor aproximado correspondente à totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais, cuja incidência influi na formação dos respectivos preços de venda.”

Portanto, os documentos fiscais, devem ser emitidos em favor da Administração Pública, **consumidora no caso.**

¹ LC n. 116/03 – “10— Serviços de intermediação e congêneres”





No ponto, destaca-se que, com a emissão da nota fiscal em nome da Administração, pode ela desfrutar da garantia dos serviços executados e sobre as peças, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor.

Ainda, segundo o Código Civil², “*toda a espécie de serviço ou trabalho lícito, material ou imaterial pode ser contratada mediante retribuição*”, assim os serviços prestados pelos Estabelecimentos são contratados pelos Órgão na condição de contratantes e beneficiários dos referidos serviços, tanto que assumem o ônus financeiro da operação em contrapartida aos serviços contratados.

Em relação à retribuição, característica da presente quarterização dos serviços, assim dispõe o artigo 597 do Código Civil:

“Art. 597. A retribuição pagar-se-á depois de prestado o serviço, se, por convenção, ou costume, não houver de ser adiantada, ou paga em prestações.

Doutrina

A retribuição ou remuneração é levada a feito quando o serviço contratado é concluído, correspondendo ao dever jurídico do tomador em satisfazer o trabalho realizado. Essa circunstância temporal do pagamento, como é de experiência máxima, está envolvida na reciprocidade das obrigações. Serviço feito, serviço pago. Entretanto, **as partes podem convencionar sistema diferenciado, com a antecipação total ou parcial da retribuição ou mesmo em prestações, após executado o serviço. Dita flexibilidade, prevista no artigo, dinamiza a relação entre prestadores e tomadores de serviços, adequando-se ao tempo e à natureza da prestação de serviço ou às necessidades do prestador para o desempenho da tarefa, em conformidade com os interesses das partes e pelas circunstâncias ditadas à pretendida eficiência e rapidez na execução do serviço.**”³(grifou-se)

² Lei nº 10.406/02, art. 594.

³ FIUZA, R. et al. Novo Código Civil Comentado. 1º edição. São Paulo: Saraiva, 2002. Direito Civil – Legislação





Logo, ainda que o pagamento pelos serviços prestados seja efetuado via sistema fornecido pela contratada, este constitui meio de pagamento utilizado pelo tomador dos serviços em atendimento ao dever jurídico de retribuir o serviço realizado, não alterando a relação jurídica estabelecida inicialmente na contratação dos serviços.

II.1.d. Das Repercussões Fiscais Decorrentes da Ilegal Exigência Editalícia

Para mais, a nota fiscal além de ser um documento para atendimento ao Fisco Brasileiro, poderá ser utilizada para comprovação dos direitos e deveres estabelecidos pela legislação. Assim, vejamos a seguinte passagem de Fábio Ulhoa Coelho:

“Para se entender a relação entre contrato e obrigação, é necessário partir-se da diferença entre, de um lado, o vínculo que une duas ou mais pessoas no sentido de as autorizar a exigirem determinada prestação umas das outras, e de outro, o documento comprobatório da existência deste vínculo.”

Desta forma, a nota fiscal, além dos fins contábeis e tributários a que serve, representa uma evidência da existência do vínculo jurídico estabelecido entre Cliente e Estabelecimento, inclusive contemplando informações relevantes, tais como: data, local e descrição dos serviços.

Além disso, de acordo com a Legislação Brasileira é ilegal incorporar no patrimônio de pessoa jurídica e/ou física bens de outra pessoa física e/ou jurídica, podendo ser enquadrado também como crime de evasão fiscal.

De modo simplificado, temos que o delito de EVASÃO FISCAL é o uso de meios ilícitos para evitar o pagamento de taxas, impostos e contribuições realizando a omissão de informações, a realização de falsas declarações e a criação de





documentos que contenham informações falsas ou distorcidas, como notas fiscais, faturas, duplicatas, etc.

No caso em tela, o meio ilícito estaria na tentativa de obter, através de uma licitação de serviços, onde o produto é uma plataforma de gerenciamento e controle de pagamentos, declaração falsa por parte da Empresa Gerenciadora como adquirente de produtos e serviços não consumidos e a geração de notas fiscais que não demonstram a realidade do real tomador dos serviços.

Os serviços licitados são de gerenciamento e controle, por meio de sistema informatizado, logo, são estes serviços faturados (tributáveis) pela empresa vencedora do certame/contratada. A manutenção, assim como a aquisição de peças, é contratada pelo Estado e prestada diretamente pelas prestadoras da rede credenciada. Essas prestadoras não são subcontratadas da gerenciadora.

A gerenciadora não é consumidora final dos serviços de manutenção. Ela faz apenas a gestão e controle, disponibilizando sistema e rede credenciada. Realiza os pagamentos às prestadoras, pelo Estado, em regime de crédito financeiro.

No ponto, repisa-se que o Edital é claro ao imputar a responsabilidade pela retenção dos impostos à Contratante. Logo, é ilógico que as Notas Fiscais sejam emitidas em nome da Coentrada, por não ser a tomadora (consumidora final) do serviço de manutenção,

Outrossim, sob aspecto tributário, **a emissão de nota fiscal de manutenção para a gerenciadora, com posterior emissão de nota fiscal desta para o Estado, geraria bitributação. O mesmo serviço de manutenção teria a incidência tributária dupla**, o que não é admitido pela legislação pátria.





II.1.d. Do Entendimento Exarado em outros Pregões

Nesse sentido, destaca-se que a própria Administração Pública possui o mesmo entendimento, ao suprimir itens similares em Editais que previam execução de objeto idêntico ao ora licitado. É o que se verifica da decisão pelo provimento de impugnação que tratou do mesmo tema presente nesta peça, conforme segue:

SOARES Clara

De: Comissao Permanente de Licitacao <cpl@al.to.leg.br>
Enviado em: quinta-feira, 11 de maio de 2023 17:55
Para: SOARES Clara
Assunto: Re: ALETO/TO - PR 03/2023 - 16/05/2023 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Sinalizador de acompanhamento:

Acompanhar

Status do sinalizador:

Sinalizada

This Message Is From an Untrusted Sender

You have not previously corresponded with this sender.

[Report Suspicious](#)

Boa tarde.

Informamos que foram suprimidos as cláusulas 12.2.16.1, 12.2.16.2 e 12.2.20 da Minuta do Contrato anexo IV do Edital que se referiam à emissão de Notas Fiscais a favor da Gerenciadora. Como a alteração não impacta na elaboração das propostas e nem na documentação de habilitação, não se enquadrando no §4º do artigo 21 da Lei 8.666/93, a data e horário da sessão não foram alterados.

Ante o exposto, conclui-se que a Administração Pública é a verdadeira consumidora dos serviços prestados pelos estabelecimentos credenciados, portanto, em seu nome devem ser emitidas as notas fiscais, em atendimento à legislação disposta.

Cabe ressaltar que a emissão não das Notas Fiscais em nome da Administração não lhe acarreta nenhum ônus, pelo contrário, é seu direito, pois auxilia no controle das garantias e conferências das faturas a serem enviadas pela gerenciadora, e indubitavelmente um maior controle das verbas públicas é medida que engrandece a supremacia do interesse público.





Por fim, necessário considerar que o atual contrato de manutenção que o DER RO mantém atualmente é com a empresa Ticket Log Manutenção, não havendo qualquer uma dessas exigências no contrato atual, o que comprova que o serviço pode ser prestado sem estas exigências, aumentando assim o número de participantes da licitação para que a Administração alcance a proposta mais vantajosa.

III – DO PEDIDO

ANTE O EXPOSTO, requer-se seja a presente impugnação **RECEBIDA, CONHECIDA e PROVIDA INTEGRALMENTE**, para que, ao final, esta Douta Comissão de Licitação altere o edital deste Pregão no seguinte item:

- a) Seja excluída a exigência de que as Notas fiscais do serviço objeto deste certame sejam emitidas em nome da Contratada;

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Campo Bom - RS, 9 de setembro de 2024.

